

JUNHO 1967

PREÇO 6\$00

seara nova

NÚMERO
1460

Director: AUGUSTO CASIMIRO Director-adjunto: ROGÉRIO FERNANDES Editor: JULIÃO QUINTINHA

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Editorial

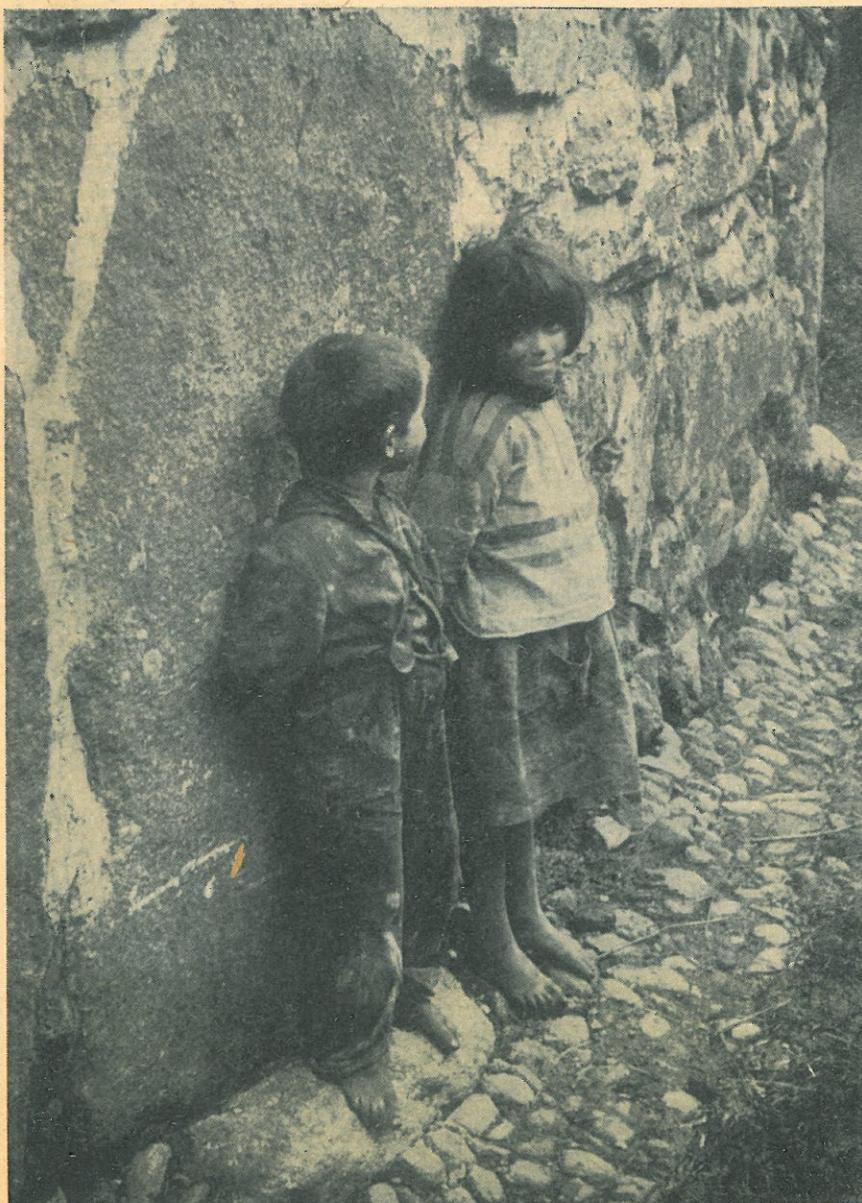
ESCOLAS NOVAS MÉTODOS ANTIGOS

Conhece-se a insistência com que há anos vem a ser agitado o problema da Educação em Portugal. Sabe-se a linha geral das reformas de estrutura que se pretende introduzir no ensino. Não é este o momento adequado ao exame das distâncias, inevitáveis nas circunstâncias actuais, entre os projectos dos legisladores e as realidades novas da escola: o apetrechamento, as características dos edifícios, as condições de trabalho dos professores, e sobretudo, o espírito com que muitos educadores continuam a utilizar métodos desde há muito condenados, por serem desumanos e constituírem a regação mais flagrante de toda a pedagogia.

Um dos nossos leitores trouxe-nos há pouco a lamentável notícia de que, numa escola primária de Lisboa, ainda se usa o «método pedagógico» de castigar os alunos atrasados obrigando-os a estar de joelhos e de livro aberto, «por não terem estudado a lição em casa!» Ou então, «por se portarem mal», são postos «de castigo», voltados para a parede... E a velha reguada punitiva, do tempo dos afonsinos, continua a ser a mola real de muita aprendizagem.

Admitamos que o M. E. N. tenha dado instruções para que estes casos não se verifiquem. Mas o facto de se verificarem prova duas coisas: a ineficácia do serviço de inspecção e o lamentável atraso, o arcaísmo inadmissível da formação pedagógica de certos agentes de ensino que, no entanto, do ponto de vista oficial, são tidos por «qualificados».

Não será, certamente, abrindo sindicâncias, ou fazendo inquéritos que estes problemas se resolverão. É imprescindível, sim, uma acção eficaz de formação, difusão e propaganda dos princípios e métodos de uma pedagogia verdadeiramente humanista. É verdade que ao Estado cabe uma parcela — e não pequena — de responsabilidade. Não esperemos, contudo, que o Estado faça aquilo que nós próprios temos obrigação de fazer. Os educadores conscientes dos seus próprios deveres profissionais devem empreender uma acção organizada, sistemática e decidida no sentido do esclarecimento, da difusão e da aplicação das ideias pedagógicas renovadoras em todas as escolas portuguesas.



Ler na página 175:

«A CRISE CHILENA»



«No cais há uma saudade de pedra»...

REFLEXÕES SOBRE PROBLEMAS DO EMPREGO

por J. M. Pereira

QUANDO, simultaneamente, num país em que existe um apreciável nível de desemprego — real ou «disfarçado», este em particular no sector agrícola — é retirado para uma actividade não produtiva mas remunerada um volume importante de jovens activos, por um lado, e, por outro, massas ainda mais consideráveis de indivíduos também activos o abandonam atraídos por outras paragens onde o trabalho é certo e o salário compensador, entre várias outras consequências económico-sociais, que por agora não interessam, uma é imediata: esse nível de desemprego decresce necessariamente. Pode mesmo, em teoria, atingir-se uma situação de pleno emprego. Na realidade é difícil que aconteça, sobretudo por motivos estruturais, psicológicos, etc. Assim, por exemplo, não é de supor que indivíduos que estão fixados numa área urbana e aí encontram dificuldade em se empregar, se vão precipitar para ocupar os campos quase desertos em certas regiões. Como também uma rarefação de mão-de-obra em certo sector profissional não poderá ser coberta por um afluxo de trabalhadores desempregados mas sem qualificação ou com outra completamente diferente.

Isto põe-nos diante do problema central que pretendemos abordar. O pleno emprego, na sua habitual tradução estatística, não tem em conta aspectos a que podemos chamar qualitativos e que, no plano social, são, sem dúvida, essenciais. Talvez tenha interesse historiar um pouco as vicissitudes por que essa noção tem passado antes de fazer a sua crítica dentro daquela perspectiva.

O triunfo do liberalismo económico sobre as velhas estruturas derivadas do feudalismo, do qual por fim já só conservavam toda uma teia de privilégios, de direitos senhoriais, de obstáculos de

toda a espécie à livre circulação de pessoas e mercadorias — triunfo esse que se começou a esboçar na segunda metade do século XVIII, para ir sucessivamente ganhando os vários países europeus ao longo do século XIX — teve como resultado uma polarização clara das sociedades no que diz respeito à posição dos seus membros em face do fenómeno «trabalho». As liberdades civis, a igualdade de direitos, bem como os restantes princípios fundamentais da ideologia liberal, entregavam a cada um a plena iniciativa de conquistar o seu lugar ao sol, não havendo melhor compensação para essa atitude do que a famosa expressão do ministro francês Guizot aos seus concidadãos: «*Enrichissez-vous!*» Acontece, porém, que não é fácil enriquecer para quem parte do zero e, nessas condições, a sociedade entrou num processo de cisão em dois sectores bem definidos: o daqueles que, dispondo de um mínimo de capital, podiam efectivamente utilizar a sua livre iniciativa; e o da grande maioria que, privada dele, não tinha outra solução que não fosse colocar-se ao serviço dos primeiros, trabalhando a troco de um salário. Estes últimos ofereciam, portanto, a sua força de trabalho (físico ou intelectual) num mercado cuja procura era precisamente representada pelos detentores dos meios de produção. Nas suas linhas gerais, este panorama mantém-se ainda hoje, tendo mesmo vindo gradualmente a aumentar nos vários países de economia privada a percentagem da população activa em situação de oferta no mercado do trabalho. Deixamos de lado, por estarem à margem da nossa análise, certos aspectos de menor, cuja discussão tem por certo todo o interesse, mas que, só por si, não invalidam o esquema apresentado (modificações nas relações e condições

de trabalho, situação das profissões liberais, dos pequenos proprietários agrícolas, etc.).

De passagem, não queremos deixar de mencionar o aspecto um pouco chocante desta terminologia — mercado, oferta, procura — quando aplicada a uma actividade humana. Na realidade a lei da oferta e da procura conduz, neste caso particular, a atribuir ao trabalho humano o carácter de uma mercadoria que vale, aos olhos do comprador, mais ou menos dinheiro. Não deixa de ser curioso, tratando-se de um sistema que se diz antimaterialista...

Vimos, assim, surgir o problema do emprego, ao mesmo tempo que os dramas do desemprego. Se bem que seja lógico pensar que, do ponto de vista social, a situação ideal deveria ser aquela em que cada indivíduo em condições de trabalhar encontrasse um emprego (mesmo abstraindo do nível de vida que ele lhe assegurasse), o que corresponderia, em primeira aproximação, a uma situação de pleno emprego, os economistas liberais preocuparam-se pouco com tal assunto. Afirmava-se que sistema económico baseado na livre concorrência dispunha de determinados mecanismos auto-reguladores por si só suficientes para garantir a melhor utilização possível dos recursos materiais e humanos. O fundamental, portanto, era não intervir, deixar os tais automatismos jogar livremente. Eles conduziriam o barco ao porto do pleno emprego e assegurariam um crescimento equilibrado da economia. De facto, o que se passou foi que as condições de concorrência pura nunca se verificaram na prática, cada vez sendo mais viciada a eventual acção dos referidos mecanismos, e, sobretudo, que os empresários

→

privados nunca viram com bons olhos aproximar-se uma situação de pleno emprego, que os colocava numa posição de fraqueza frente às reivindicações dos trabalhadores. Para eles era, sem dúvida, mais cómoda a existência de uma mão-de-obra de reserva, entre a qual pudessem escolher aqueles que aceitassem o menor salário. Este reflexo continua a verificar-se, razão pela qual os países industrializados que, como veremos adiante, atingiram na última década situações consideradas de pleno emprego, recebem de braços abertos as massas de emigrantes estrangeiros que vão, precisamente, representar aquele papel: trabalhar em condições e por salários que a mão-de-obra local não aceita, e aliviar, deste modo, a chamada «tensão no mercado do trabalho». Com efeito, a situação de pleno emprego numa economia assim estruturada contribui seriamente para que se desenvolvam tensões inflacionistas que, ou são, de acordo com a teoria, contrariadas pela acção automática dos mecanismos reguladores, ou, numa perspectiva intervencionista, terão de ser objecto de uma política orientada nesse sentido⁽¹⁾.

O espectro da inflação, a que a opinião pública nos anos 20 era particularmente sensível, após a dura experiência que se seguiu à primeira guerra mundial, era agitado assim como justificação para a existência de um certo nível de desemprego, preço por que a sociedade deveria pagar para assegurar a estabilidade dos preços e da moeda. Tudo se desmoronou, porém, quando a grande crise de 29, que nos anos seguintes foi sucessivamente atingindo os países mais desenvolvidos, bem como aqueles que se lhes achavam ligados pelos canais do comércio internacional, lançou milhões de homens no desemprego e na miséria, enquanto enormes quantidades de mercadorias jaziam nos armazéns ou eram queimadas, por falta de compradores. A tese dos mecanismos auto-reguladores sofreu um desmentido de que não voltou a recompor-se. Data desses anos terríveis a noção de «política de pleno emprego», e com ela uma acentuação do papel atribuído aos governos no «contrôle» das actividades económicas. Ao papel passivo do Estado, a quem incumbia essencialmente *laissez faire, laissez passer*, segundo a fórmula bem conhecida, sucedeu a teoria de que ele deveria intervir para fazer as correcções necessárias, sempre que flutuações de uma certa amplitude se comessem a fazer sentir (o que, de resto, já se vinha fazendo mas de modo anárquico, e agora passava a ser objecto de uma «política»), e, sobretudo, que deveria estabelecer medidas preventivas capazes de evitar que tais flutuações anormais se produzissem. A ameaça, por exemplo, de uma situação de depressão, haveria que «insuflar» poder de compra (através da realização de obras públicas programadas, entre outros meios), o que iria activar as indústrias de bens de consumo, com o consequente aumento adicional de emprego e de procura de bens de equipamento, dando-se uma reacção em cadeia que conduziria finalmente ao pleno emprego dos recursos humanos e materiais. O pleno emprego passou, deste modo, a constituir objecto de uma política governamental. A iniciativa privada dos países industrializados recolheu os seus frutos de um desenvol-

vimento económico mais ou menos espectacular desde o fim da guerra de 39-45, se bem que continue reticente em relação a um nível de emprego «exagerado», pelas razões já vistas. Mas, de qualquer modo, ao chegar-se a um ponto desses, lá estão os respectivos governos a promover a imigração, a procurar «suster» os salários, etc. (a par de outras medidas menos populares entre os industriais que, numa conjuntura que começa a «embalar», encontram, em contra-partida, uma ocasião de realizar lucros substanciais).

Estamos agora em condições de fazer a análise qualitativa que referimos inicialmente. Em que medida poderá considerar-se que o pleno emprego, alcançado pela simples fuga de mão-de-obra (poderíamos chamar-lhe «reflectido»), ou promovido por meio de uma política deliberada, coincidirá com o «bom emprego»? Uma coisa, efectivamente, é dizer que *todos*, no limite, os indivíduos em condições ou com desejo de trabalhar encontram emprego — o que significaria, em princípio, pleno emprego —, outra coisa é procurar saber se *todos*, no limite, esses indivíduos encontram um emprego compatível com a sua qualificação e, inversamente, se é possível encontrar no mercado do trabalho indivíduos devidamente qualificados para ocupar todos os empregos disponíveis — condições estas que asseguraríamos aquilo a que chamamos bom emprego, se admitirmos ainda que a referida qualificação corresponde, tanto quanto possível, às aptidões de cada um. A não verificação de uma destas condições introduz uma deficiência grave na combinação dos factores capital e trabalho, conduzindo, por um lado, a uma produtividade inferior à que seria possível conseguir, por outro, a sérios problemas de desadaptação, de frustração, de alienação mais ou menos consciente. Em qualquer caso trata-se de um enorme desaproveitamento das

capacidades potenciais da sociedade, aliás inseparável do próprio funcionamento do sistema. Torna-se evidente que, dado o modo como é promovida uma política de pleno emprego, ou, pior ainda, quando este seja atingido por uma fuga de mão-de-obra, só um cego devoto da «harmonia pré-estabelecida» seria capaz de acreditar que as condições de bom emprego se poderão verificar automaticamente.

Chegamos, assim, a este panorama que, do ponto de vista social, não será dos mais sedutores: na melhor das hipóteses teremos uma política de pleno emprego que o não pode garantir seguramente a longo prazo e que, mesmo que o conseguisse, seria à custa de um desperdício gigantesco de energias e de inteligências, em última análise de trabalho humano no seu sentido mais amplo.

Neste momento, parece que o simples bom-senso permitiria pôr o problema nestes termos: se se programar, com o auxílio de todos os indicadores e técnicas já hoje possíveis de obter e de utilizar, a evolução desejável das actividades económicas de um país, compatível com os meios de que dispõe, bem como de todas as consideradas indispensáveis ao desenvolvimento equilibrado da comunidade; se daí se deduzir quais as prováveis necessidades de mão-de-obra das mais diversas qualificações para satisfazer àquelas actividades, e tendo em conta regiões em que elas se deveriam processar; se, partindo dessa análise, entrando em jogo com a mão-de-obra já existente e sua distribuição (geográfica e por qualificações), e com o número de indivíduos ainda em fase de educação (ou que nela entrarão nos próximos anos), for estabelecido um plano simultâneo de criação de centros de educação de nível, especialidade e localização adequados, e de orientação e selecção cuidadosa de *todos* os jovens de modo a que as suas

Acaba de sair

O DIA D EM ÁFRICA

por JACQUES ROBICHON

Um relato vivo e apaixonante, alternando a conspiração com as cenas de guerra, a reflexão com os episódios dramáticos do desembarque aliado no Norte de África, colocando frente a frente, no jogo terrível da política e da estratégia, homens como Eisenhower e Churchill, Pétain e Hitler, Rommel, Juin, Noguès, os chefes da resistência e o enigmático Murphy, agente secreto norte-americano

Volume de 360 páginas, com ilustrações: preço 70\$00

COLEÇÃO DOCUMENTOS DE TODOS OS TEMPOS

LIVRARIA BERTRAND

capacidades sejam integralmente aproveitadas; se este plano for devidamente harmonizado com o primeiro e tomadas as medidas necessárias para

— converter a mão-de-obra que hoje se encontra ocupada em actividades destinadas a decaír ou a desparecer;

— promover, em condições que respeitem tanto quanto possível os problemas humanos, as deslocamentos profissionais e readaptações profissionais indispensáveis;

— divulgar amplamente as oportunidades de trabalho e facilidades concedidas para ter acesso a elas.

Se, finalmente, tudo isto for discutido, explicado, acordado pelos próprios membros da comunidade, de modo a que toda esta «atitude nova» resulte efectivamente de um autêntico pacto social (que nada tem a ver, evidentemente, com o de Rousseau); então, em face deste conjunto de permissões, o bom senso que invocámos chegaria por certo à conclusão de que não só haveria sérias possibilidades de, pelo menos a longo prazo, pleno emprego e bom emprego coincidirem, mas que, além disso, a sociedade estaria muito mais racional e justamente organizada e inúmeras tensões teriam desaparecido (até porque isto implicaria uma estrutura social profundamente alterada). Seria normal que o bom-senso, sempre inimigo das «alterações profundas», ante uma tal imagem de perfeição social, se contentasse em classificá-la de utopia, produto de uma lógica fácil mas impraticável. Sem dúvida, toda essa harmonia ideal que parece conter-se no esquema apresentado, se não utópica, antes pelo contrário, constituiria sim uma meta para atingir a qual mil e uma tentativas, conflitos, reajustamentos seriam necessários. O caminho, esse, não tem nada de utópico e em numero-

so países já se foi muito além dos primeiros passos.

Para já, conviria pelo menos que se dissipassem confusões sobre o facto de que aquelas fases apontadas não têm absolutamente nada que ver com o que, na realidade, encobrem certas designações a que, de há uns anos para cá, os nossos ouvidos se têm vindo a habituar, como «planeamento das actividades económicas», «planeamento da acção educativa», «política activa de mão-de-obra», etc., etc. Parece-nos da maior importância que se tome consciência da diferença fundamental das perspectivas entre as duas maneiras de abordar os problemas postos. Segundo a que apresentámos, estaríamos em presença de um esforço colectivo nascido da compreensão de que é realmente possível orientar e controlar o desenvolvimento económico-social do modo mais proveitoso para a comunidade. Quanto à outra perspectiva (se assim lhe podemos chamar), a que utiliza aquelas expressões pré-fabricadas, ela repousa, pelo contrário, na inexistência de uma opinião pública informada e crítica, capaz, portanto, de se deixar iludir por frases sonoras. Colocar etiquetas novas em ideias velhas é um método que pode parecer eficaz. Acontece, simplesmente, que não conhecemos exemplo de se ter alterado o conteúdo de um recipiente pelo facto de se ter passado a chamá-lo outro nome. O resultado pode ser, contudo, que o bebam por engano, e então as consequências são imprevisíveis...

J. M. P.

(1) «O estado de pleno emprego é um estado explosivo»; «A espiral inflacionista é o resultado das imprudências do pleno emprego a qualquer preço. Nunca se provou a estabilidade de um regime de pleno emprego; pelo contrário, as pressões mais fortes e mais concordantes sugerem que o pleno emprego é, por natureza, instável». — F. Perroux, in *Le capitalisme*, P. U. F., col. «Que sais-je?».

3 livros novos

PORTUGAL, PAÍS MACROCEFALO

de Silva Costa

Subsídios para uma análise socio-económica do país.

COL. «ESTUDOS E DOCUMENTOS»
128 págs. — 35\$

OITO ENSAIOS SOBRE ARTE CONTEMPORÂNEA

de José-Augusto França

Um estudo pertinente e actualíssimo sobre a arte moderna.

COL. «ESTUDOS E DOCUMENTOS»
252 págs. — 40\$

A CAÇA AOS SÁBIOS ALEMÃES

de Michel Bar-Zohar

Russos e americanos em despique. Uma verdadeira «caça aos cérebros» entre os dois grandes aliados da segunda guerra mundial.

COL. «ESTUDOS E DOCUMENTOS»
320 págs. — 50\$

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
Apartado 8 Mem Martins

NOVIDADES LITERÁRIAS

Os Escritores e a Literatura

Uma série de entrevistas por MADELEINE CHAPSAL

Crise em Preto e Branco

A questão racial nos Estados Unidos vista por CHARLES E. SILBERMAN

Os Assassinos de Kennedy

Uma síntese crítica das objecções ao Relatório da Comissão Warren

Esquecer Palermo

(Prémio Goncourt 1966)

de EDMONDE CHARLES-ROUX

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

Rua da Misericórdia, 117, 2.º

LISBOA



UMA COLECÇÃO ÚNICA NO GÉNERO

HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DO DESPORTO

Dirigida pelo Professor JOSÉ ESTEVES

N.º 1 — O Desporto e as Estruturas Sociais

por José Esteves 45\$00

N.º 2 — O Boxe — Negação do Desporto

por Fernando Ferreira 30\$00

N.º 3 — O Desporto na Sociedade

por P. C. Mc Intosh 50\$00

PRELO EDITORA



RUA DA MISERICÓRDIA, 67, 2.º

Telefone 37 06 91 LISBOA

Colecção Brasileira de Filologia Portuguesa

dirigida por SERAFIM DA SILVA NETO †

N.º 1 — Antenor Nascentes — DICCIONÁRIO DE SINÓNIMOS No Prelo

N.º 2 — Doutor José Leite de Vasconcelos — LIÇÕES DE FILOLOGIA PORTUGUESA 130\$00

N.º 3 — Sousa da Silveira — LIÇÕES DE PORTUGUÊS 100\$00

N.º 4 — Hernâni Cidade — LIÇÕES DE CULTURA LUSO-BRASILEIRA, ÉPOCAS E ESTILOS NA LITERATURA E NAS ARTES PLÁSTICAS 120\$00

N.º 5 — Doutor J. Leite de Vasconcelos — ESTUDOS DE FILOLOGIA PORTUGUESA 100\$00

N.º 6 — Serafim da Silva Neto — HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA Esgotado

Pedidos às Livrarias ou aos Distribuidores

EDUARDO R. FERREIRA, LDA.

Livres. Distribuidores. Galeria de Arte

Av. Luís Bivar, 85-C LISBOA - 1